

Agronegócio e Reorganização das Relações de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE)¹

Denise Elias

- Geógrafa, Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
- Professora do Departamento de Geociências e do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários (LEA/UECE) e do Grupo de Pesquisa: Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Pesquisadora do CNPq

Alexsandra Muniz

- Geógrafa, Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- Técnica da Fundação Cultural de Educação Popular em Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA)

Juscelino Bezerra

- Geógrafo, mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará
- Membro do Grupo de Pesquisa: Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas das redefinições do trabalho agrícola resultantes do processo de reestruturação produtiva da agricultura no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, na qual se tem expandido o agronegócio de frutas tropicais. A metodologia está organizada em torno de quatro eixos: sistematização dos dados secundários sobre a área e as temáticas de interesse; realização de trabalhos de campo na área de estudo; realização de visitas técnicas e colóquios em outras áreas do Nordeste nas quais existam processos semelhantes ao do escopo do objeto considerado; e organização de séries históricas dos dados do Ministério do Trabalho da base Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Conclui que tem ocorrido uma importante difusão das relações de trabalho tipicamente capitalistas em áreas que, até recentemente, eram dominadas pela agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e a pecuária extensiva. Destaca a formação de um mercado de trabalho agrícola formal, com a conseqüente proletarianização do trabalhador agrícola e um acirramento da divisão social do trabalho.

Palavras-chave:

Agronegócio; Baixo Jaguaribe; Trabalho Agrícola; Frutas Tropicais.

¹ O presente artigo é uma versão, com pequenas alterações, de trabalho apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), em julho de 2005, com o título de "Expansão das Fronteiras Agrícolas e Reorganização das Relações de Trabalho".

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora relatamos insere-se nas atividades do Grupo de Pesquisa (CNPq), Globalização e Espaços Agrícolas no Nordeste, e compõe um dos eixos do Projeto Integrado de Pesquisa (CNPq) intitulado Economia Política da Urbanização do Baixo Jaguaribe (CE)². Esse grupo tem como objetivo realizar estudos e pesquisas associados aos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e aos impactos socioeconômicos e territoriais provocados nas áreas de fronteira agrícola do Nordeste brasileiro. Essa proposição tem por objetivo principal observar os impactos na reorganização das relações de trabalho e a expansão do mercado de trabalho agrícola formal, promovidas pelo processo de expansão do modelo econômico e social de produção agropecuária preconizado com a globalização, que aqui chamaremos de agricultura científica. (SANTOS, 2000; ELIAS, 2003a,b).

Como pressupostos teóricos, consideramos a reestruturação produtiva da agropecuária, que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social da agropecuária e tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas que passam, desde então, por um processo acelerado de reorganização, mostrando-se extremamente abertos à expansão dos “sistemas de objetos” e dos sistemas de ação (SANTOS, 1996) característicos do atual sistema temporal, que tem na globalização uma de suas principais características. (SANTOS, 2000; IANNI, 1996; HIRST; THOMPSON, 1998; SANTOS, 1983).

Organizam-se, dessa forma, verdadeiras redes técnicas voltadas a dotar o espaço agrícola de fluidez para as empresas hegemônicas atuantes no agronegócio. Isto significa que os espaços agrícolas também se mecanizam e, onde a atividade agropecuária se dá baseada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, principais forças produtivas do presente período histórico, é visível a expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988, 2000; ELIAS, 1996), o espaço da produção agropecuária globalizada.

Com a aceleração contemporânea (SANTOS, 1996) ou compressão tempo-espaço (HARVEY, 1996), o campo apresenta-se como um espaço com menos rugosidades (SANTOS, 1985), possuidor de uma flexibilidade muito

superior à apresentada pelas cidades e, assim sendo, como um *locus* preferencial de expansão dos capitais industriais e financeiros. Por tudo isso, nas áreas onde se expande a agricultura científica, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional (ELIAS, 2003b), aumentando a proporção da natureza social sobre a primeira natureza. Um dos processos resultantes é a aceleração da urbanização da sociedade e do território, a intensificação das relações entre o rural e o urbano, assim como as metamorfoses no mundo do trabalho.

Apesar da influência avassaladora da globalização, a sua dialética é a da contradição, pois “o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar e o espaço mundial existe apenas como metáfora”. (SANTOS, 1993, p. 27). Isto se dá uma vez que o processo civilizatório do capital encontra obstáculos nas condições econômicas, sociais, culturais, ecológicas e políticas de cada lugar, região ou país, o que torna cada lugar diferente de outro, apresentando arranjos entre o novo e o velho, que não serão encontrados em outra parte, embora a forma social essencial se espalhe nas semelhanças entre várias situações. Assim sendo, quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo dos elementos componentes do território em um determinado lugar são únicos e representam a base para a expansão do capital. A própria globalização acaba por produzir a fragmentação. Daí, a importância crescente da categoria lugar e região, em especial para os estudos geográficos.

Conforme pesquisadores das transformações da agropecuária brasileira (DELGADO, 1985; SORJ, 1980; SILVA, 1982), a região Nordeste comporia o subsetor arcaico da agropecuária no país, baseada numa estrutura fundiária extremamente concentrada, na grande propriedade e na pequena exploração, no uso extensivo da terra e da mão-de-obra, na baixa capitalização, tanto por trabalhador quanto por unidade de área, com a predominância de não-assalariados e semi-assalariados, sujeitos a várias formas de dependência, com alta utilização por unidade de produto e baixo grau de integração técnica com os setores industriais componentes dos sistemas agroindustriais.

Deve-se lembrar, no entanto, que não existe apenas um Nordeste, mas vários, com profundas diferenciações entre si, como já destacou Andrade (1980); Menezes (1995) e Araújo (1997). Até a década de 1970, o conjunto

² O projeto supracitado contou com o apoio do CNPq.

da agropecuária nordestina permaneceu quase inalterado. Mas, a partir de então, se vislumbra a ocupação de novas fronteiras pela agropecuária globalizada e pontos específicos da região Nordeste passam a merecer a atenção das empresas hegemônicas do setor, que promovem grandes investimentos, dinamizando o agronegócio e a agricultura científica.

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, difundem-se mais rapidamente as bases materiais que possibilitam a dispersão espacial da produção. O avanço dos transportes e o das comunicações viabilizam fluxos de matéria e de informação até então inimagináveis. Isto é tão claro que a veracidade desta afirmação pode ser encontrada, dentre outras, na instantaneidade e na simultaneidade, signos do presente. Isto faz com que o espaço da produção em geral, inclusive agrícola, amplie-se, passando a incluir áreas que até então se mostravam pouco propícias à realização de alta lucratividade.

No Brasil, muitas áreas são incorporadas à produção e ao consumo globalizados, assim como muitos novos espaços agrícolas são disponibilizados à produção agrícola moderna nestes últimos quinze anos. Nesse contexto, também o semi-árido e os cerrados nordestinos, que, de certa forma, compunham o que Santos (1993) chamou de exército de lugares de reserva, tornaram-se atrativos e foram ou estão sendo incorporados à produção moderna.

Diante disto, a região Nordeste apresenta hoje a dicotomia entre uma agricultura tradicional e uma agricultura científica, apresentando-se esta última em algumas partes bem delimitadas do território nordestino, constituindo verdadeiros pontos luminosos (SANTOS, 2000) em pleno semi-árido, especialmente nos seus vales úmidos (São Francisco, Açu, Jaguaribe), da mesma forma que nos cerrados (sul do Maranhão, do Piauí e oeste da Bahia). Estes espaços são incorporados diferentemente na nova divisão interna e internacional do trabalho agrícola globalizado, expandindo-se formas intensivas de produção.

Tomamos para estudo a região do Baixo Jaguaribe (Ceará), composta por dez municípios³, considerando a

importância de seus componentes históricos, econômicos, sociais e políticos para o Estado, mas, principalmente, as metamorfoses econômicas e territoriais em processo nas últimas duas décadas, reflexo da inserção da região na nova divisão territorial e social do trabalho agropecuário. Durante séculos, teve sua economia alicerçada na pecuária extensiva, na agricultura de sequeiro e no extrativismo vegetal da carnaúba. O processo de territorialização desta região sublinha as atividades primárias como suporte básico do povoamento, da urbanização e da formação dos setores secundário e terciário. Hoje, é visível sua reestruturação produtiva e territorial, com a multiplicação de políticas públicas agrícolas, agrárias, de recursos hídricos, entre outros, direcionadas a tornar a região viável à produção agropecuária globalizada, abrindo-se às exigências exógenas e aos novos signos contemporâneos, processando-se uma refuncionalização do seu espaço agrícola e urbano, expandindo-se a especialização da produção, com destaque para a fruticultura tropical, especialmente melão, banana e abacaxi. Importantes investimentos estão sendo realizados para a construção de uma gama de sistemas técnicos necessários a permitir uma mais rápida difusão de inovações no setor.

São visíveis as novas territorialidades no campo, os pontos de transformação da natureza, de criação de novas horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996) e da articulação da escala local com a planetária, expandindo-se o processo de territorialização do capital no campo, com o acirramento da privatização da terra e dos recursos hídricos, dois dos principais fatores de produção do setor e, dessa forma, da expropriação dos trabalhadores que não detêm a propriedade da terra. Como objeto e sujeito da economia agropecuária globalizada, o Baixo Jaguaribe é um espaço no qual a solidariedade orgânica, historicamente construída, vem sendo substituída pela solidariedade organizacional (ELIAS, 2002a) para as empresas hegemônicas do agronegócio, impondo arranjos organizacionais baseados em racionalidades exógenas, mas que se têm tornado o fundamento da existência e da definição da região que nos serve de objeto.

A velocidade das transformações em curso na região pode ser observada pelas metamorfoses das forças produtivas introduzidas pelas empresas agrícolas, das relações sociais de produção, assim como pelas transformações dos regimes de exploração do solo, com a expansão da exploração direta por parte de grandes

³ Morada Nova, Limoeiro do Norte, Russas, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Alto Santo, São João do Jaguaribe, Ibicuitinga, Quixeré e Palhano.

empresas agrícolas, nacionais e multinacionais. A considerar a reestruturação atual dos sistemas técnicos e das políticas públicas em curso, estaduais e federais, a agricultura, notadamente o agronegócio, deverá ter, num futuro próximo, ainda mais força de reorganização da economia, do espaço agrário e urbano da região, uma vez que é na cidade que se dá a gestão da agricultura científica (ELIAS, 2002b), incluindo aí o fornecimento da mão-de-obra braçal e especializada.

O estudo do mercado de trabalho agrícola formal regional nos ajuda a melhor compreender como têm agido os elementos de mudança das relações de produção do Baixo Jaguaribe, segundo particularidades e singularidades do processo geral da globalização da agricultura, já que a flexibilidade que rege o atual padrão produtivo rebate de forma incontestada na forma de organizar e gerir o trabalho. Diante desse novo quadro no mundo do trabalho, torna-se imprescindível compreender a evolução do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária no Baixo Jaguaribe, já que o surgimento de uma classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2003) assalariado no campo cearense representa a materialização do movimento do capital.

Dessa forma, o objetivo principal da pesquisa é contribuir para o reconhecimento do processo de expansão do mercado de trabalho agrícola formal na região do Baixo Jaguaribe (CE), promovida pela reestruturação produtiva da agropecuária, buscando compreender os processos que a regem, as vicissitudes das novas formas de trabalho agrícola, em especial associadas ao que Santos (2005) chamou de agrícola não-rural, ou seja, aquele que mora na cidade, mas trabalha no campo, uma vez que este, segundo alguns pesquisadores, é o signo do proletário agrícola, assim como do trabalhador agrícola especializado que ganha espaço hoje no campo (especialista em inseminação artificial, veterinário, agrônomo, especialista em equipamentos para irrigação etc.), que tem origem e vivência urbanas e desempenha as funções modernas inerentes às novas formas globalizadas de produção.

Buscamos estudar a realidade do Baixo Jaguaribe a partir de suas interdependências com o próprio Estado do Ceará, o país e o mundo, ou seja, de sua inserção na nova divisão interna e internacional do trabalho agropecuário e, assim, procuramos vislumbrar as transformações da atividade agropecuária e a reorganização das

relações de trabalho, impostas pelas novas demandas do agronegócio e da agricultura científica.

2 – A CONSECUÇÃO DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA

A inserção do espaço agrário dos vales úmidos do semi-árido, assim como dos cerrados, à produção intensiva baseia-se muito fortemente no modelo econômico predominante nas duas últimas décadas, claramente de inserção do país à economia e consumo globalizados, interligados aos ditames dos grandes grupos econômicos, dos grandes conglomerados nacionais e multinacionais. Especificamente no tocante à agropecuária, baseia-se no modelo técnico, econômico e social do agronegócio.

A partir do Programa Brasil em Ação, lançado em 1996 pelo Ministério do Planejamento, que teve continuidade com o Avanço Brasil, que sintetizavam as prioridades de investimentos durante a administração de Fernando Henrique Cardoso (FHC), observa-se, por exemplo, que a discussão do desenvolvimento regional, que tanta força teve em décadas anteriores, foi substituída pela discussão dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento, cujo objetivo maior seria atrelar as áreas e setores econômicos considerados mais competitivos do país à dinâmica do mercado mundializado. Promovendo a implantação de grupos de programas tidos como estruturantes para o crescimento econômico, exacerbam a seletividade dos investimentos produtivos. O Brasil em Ação constituiu-se num projeto que teve, de fato, um pequeno percentual executado, mas suficiente para promover mudanças ao território, assim como mudanças políticas e ideológicas de monta. O Nordeste é abarcado por dois eixos: o Transnordestino e o São Francisco, que visavam à construção dos sistemas técnicos e sistemas normativos necessários à inserção dos lugares escolhidos, selecionados para receberem os investimentos produtivos.

A política dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento incrementou, assim como desenvolveu, uma verdadeira panacéia de metodologias, de estudos de viabilidade, como o dos *clusters*, das cadeias produtivas etc., que impregnaram a burocracia, principalmente associada ao planejamento. Idéias fora do lugar! Os estudos de viabilidade econômica se multiplicaram, virando uma moda na última década. Podemos destacar o “Ini-

ciativa pelo Nordeste”, patrocinado pelos nove governos estaduais da região, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco Mundial (BIRD), a iniciativa privada, além de outras instituições. Para identificar as principais potencialidades da região, adotou-se a metodologia de análise de *clusters* econômicos competitivos, que vem sendo aplicada pelo Banco Mundial em outros 20 países. Basicamente, consiste na identificação e desenvolvimento de atividades competitivas, desde a produção até a comercialização, atuando em sinergia.

Tais estudos apontaram dez atividades como sendo as com maior viabilidade econômica para o Nordeste, sendo que três foram as escolhidas para dar início ao processo: o agronegócio de frutas tropicais e de grãos, a partir da expansão de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia nas manchas irrigáveis no semi-árido e nos cerrados, encabeçada pela iniciativa privada, pelas empresas agrícolas e agroindustriais, que contam com uma série de programas e projetos; e o turismo litorâneo, que teve grande reforço com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

Considerando suas potencialidades, entre os programas e projetos direcionados ao Nordeste como um todo, há grande destaque para o incremento à fruticultura, que vem tendo forte impacto sobre a agricultura de algumas áreas na região. O governo federal e o Banco Mundial estão à frente de tais programas, os quais visam aumentar a produção e a produtividade a partir da melhoria das condições técnicas de produção, através da pesquisa biotecnológica, de programas de assistência técnica e extensão rural.

A fruticultura é apontada como uma das possíveis soluções para a agricultura semi-árida nordestina, incluindo a cearense. Destaca-se sua potencialidade para se transformar num importante pólo produtor e exportador de frutas tropicais, seja em forma da fruta fresca, seja processada (sucos e polpas). Entre as vantagens comparativas, apontam-se as suas condições naturais (temperaturas, forte luminosidade e baixa umidade relativa do ar), a grande quantidade de terras agricultáveis ociosas e baratas, a existência de tecnologia de irrigação, assim como a mão-de-obra extremamente barata. Tais condições permitem a produção de frutos de boa qualidade e com custo menor, durante todo o ano, eliminando a entressafra, podendo ser organizada de acordo com a de-

manda dos mercados nacional e externo, notadamente o europeu e o norte-americano. (LOPES NETO, 1998). Entre os objetivos do *cluster* de fruticultura está o desenvolvimento não somente das frutas desenvolvidas sob irrigação, mas também das de sequeiro produzidas na região, tais como caju, banana, laranja e abacaxi. (LOPES NETO, 1998).

Algumas frutas foram escolhidas para receber os incentivos, especialmente a manga, a uva, o melão, a melancia e a banana, que são as mais solicitadas pelo mercado externo, o que deverá promover um aumento de produção e de produtividade. Atualmente, na região do Baixo Jaguaribe, a fruticultura encontra-se em franca expansão, sendo uma das que mais vêm se moldando à agricultura empresarial, ao agronegócio, seja no Perímetro Irrigado do Jaguaribe-Apodi, no município de Limoeiro do Norte, o primeiro a adotar a agricultura empresarial no Ceará, seja no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, que abrange terras nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova. No Baixo Jaguaribe, especificamente na Chapada do Apodi, também fora do perímetro, já estão instaladas várias empresas agrícolas, nacionais e multinacionais, que produzem frutas.

Assiste-se, deste então, a uma mudança extrema do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido cearense, construindo-se um novo imaginário social sobre esta região, notadamente sobre os seus vales úmidos, considerados agora com várias vantagens competitivas locais. Para os vales úmidos vislumbram-se grandes possibilidades para o agronegócio globalizado de frutas e novas áreas passam a ser incorporadas à produção agrícola globalizada, cujos circuitos espaciais da produção (SANTOS, 1986; OLIVEIRA, 2002; ELIAS, 2003a,b) ultrapassam os limites da região e do país, completando-se em vários outros lugares do planeta. Diante deste cenário, os impactos sobre as relações de trabalho têm sido bastante fortes e complexos.

Dentre as frutas hoje produzidas em escala intensiva pelas empresas agrícolas instaladas no Baixo Jaguaribe, destacam-se o melão, a banana, o abacaxi, a manga e o mamão, mas se produzem também a melancia, a goiaba, a graviola, a uva, a acerola e o sapoti. A comercialização faz-se com o mercado interno e externo, sendo que dentre as regiões para as quais são enviadas as frutas produzidas na região, destacam-se os Estados Unidos e a Europa (principalmente Inglaterra, Holanda e Espanha).

3 – METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa organiza-se em torno de quatro eixos práticos, a saber:

- a) Atualização da pesquisa bibliográfica, com objetivo de sistematizar os dados secundários já existentes sobre a área estudada e as temáticas de domínio conexo à pesquisa, com destaque para programas, planos e projetos de governo; teses e dissertações; artigos de periódicos; dados quantitativos, entre outros;
- b) Realização de trabalhos de campo periódicos diretamente na área de estudo;
- c) Visitas técnicas e colóquios em outras áreas do Nordeste nas quais existem processos semelhantes aos da presente pesquisa e que são objeto de estudos realizados por pesquisadores dos programas de pós-graduação com linhas de pesquisa atinentes ao escopo da nossa, com objetivo de formação de uma rede regional interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre as fronteiras agrícolas nordestinas associadas à fruticultura e à soja. As visitas técnicas já realizadas e previstas são para o vale do Açu (Rio Grande do Norte), o sul do Piauí e o Maranhão, o oeste da Bahia, a área de modernização em Sergipe e em Petrolina e Juazeiro (Bahia/Pernambuco), áreas que vêm recebendo investimentos associados à modernização da agricultura, centrada na fruticultura irrigada e na produção de grãos para a exportação. Os programas de pós-graduação com os quais têm sido buscadas as parcerias são os de Sociologia Rural da Universidade Federal do Campina Grande (UFCG) (Campina Grande, Paraíba), Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (São Luís, Maranhão), Geografia e Ciências Sociais, da UFPE (Recife), Ciências Agrícolas e em Administração Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Mossoró, Rio Grande do Norte), em Organização do Espaço Rural no Mundo Subdesenvolvido, da Universidade Federal de Sergipe UFS (Sergipe) e em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Salvador);
- d) Por último, como forma de certificarmos da hipótese da expansão do mercado de trabalho agrí-

cola formal na região do Baixo Jaguaribe, estamos utilizando não somente os dados qualitativos coletados durante a pesquisa de campo, como também os dados quantitativos, tendo como referência o Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS, CAGED, Perfil dos Municípios e Informações para o Emprego Público e Renda).

A pesquisa quantitativa é composta pela organização de um banco de dados que busca trabalhar com indicadores, tais como: dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal; do trabalho agropecuário especializado; participação do trabalho feminino na agropecuária; composição do trabalho agropecuário sazonal e comportamento da média salarial. Para atender as variáveis utilizadas na pesquisa, buscamos construir um banco de dados reunindo informações a respeito do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária da região Nordeste, bem como do Estado do Ceará e especificamente da região do Baixo Jaguaribe. Para tanto, utilizamos a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que disponibiliza informações como: o Perfil dos Municípios, Informações do Emprego Público e Renda, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O perfil dos municípios oferece dados a respeito do mercado de trabalho formal em todas as unidades federativas, bem como nas microrregiões e municípios. Sua principal função é possibilitar o uso de informações sobre as ocupações que mais admitiram ou demitiram e o saldo da movimentação das ocupações (Admitidos – Demitidos). Os dados podem ser obtidos tanto de forma agregada como desagregada para, assim, oferecer maior nível de detalhe.

As Informações para o Emprego Público e Renda permitem angariar dados adicionais a respeito do mercado de trabalho, como a População Economicamente Ativa (ocupada e desocupada) por raça e gênero, trabalhadores formais e informais por raça e gênero e a taxa de analfabetismo por gênero. Estas informações são baseadas nos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) tem como principal objetivo fornecer dados para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho formal através de estatísticas conjunturais com a

peculiaridade de agregar dados sobre a quantidade de admitidos e desligados com periodicidade mensal. Essa análise pode ser realizada nas escalas geográficas que contemplam o país como um todo, as unidades da federação, mesorregiões, microrregiões e municípios em todos os setores da economia, podendo chegar a mais de quinhentas subdivisões.

Os dados do CAGED são originados das declarações de todo empregador que tenha empregado contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que tenha tido movimentação no mês (admissão, desligamento, transferência, morte ou aposentadoria). O CAGED é subdividido em CAGED Estatístico e Perfil Estabelecimento. Em termos de informações disponíveis relativas ao empregado, o CAGED possibilita informações sobre o vínculo (Tempo de Emprego, Horas trabalhadas, Remuneração e Tipo de movimentação) bem como dados individuais (Sexo, Faixa etária e Grau de instrução).

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo de periodicidade anual criado no ano de 1975. Tem como objetivo criar subsídios às políticas trabalhistas e de composição salarial, assim como contribuir com a análise estrutural do mercado formal brasileiro, já que contempla 97% do universo do mercado formal do Brasil. A RAIS possui algumas peculiaridades, sendo que as mais importantes são ligadas ao fato de que a abrangência, em termos das movimentações do mercado de trabalho, é muito maior que a do CAGED. Desta forma, mesmo que determinados estabelecimentos não tenham tido alguma movimentação (Admitidos e Desligados), os empregadores devem declarar para a RAIS, já que esta tem como função oferecer dados a respeito do estoque de empregos, ou seja, a quantidade de empregos formais existentes no ano analisado.

A RAIS é subdividida em RAIS Estabelecimentos e RAIS Trabalhadores. A RAIS Estabelecimentos é responsável por oferecer estatísticas sobre a natureza jurídica, tipo, tamanho e o estoque de empregos em cada estabelecimento que venha a possuir empregados formais. Enquanto a RAIS Trabalhadores disponibiliza informações sobre os Empregos, enfocando no tipo de vínculo e dados individuais a respeito do sexo, grau de instrução, faixa etária e a nacionalidade da mão-de-obra.

É importante destacar que os anos considerados para análise na pesquisa (1985, 1995, 2002) foram defi-

nidos respeitando as limitações de uso das bases. Como exemplo, podemos citar a RAIS, que fornece dados a partir do ano de 1985. Especificamente a RAIS, até o dado momento da pesquisa, só disponibiliza dados do período de 1985 a 2002. Desta forma, optamos por definir um recorte temporal que contemplasse aproximadamente dez anos de intervalo.

4 – RESULTADOS

A existência de um mercado de trabalho formal no setor agropecuário cearense é muito recente. Do contingente total da População Economicamente Ativa no Estado do Ceará, de maneira geral, assim como na região do Baixo Jaguaribe, uma parcela significativa permanece, ainda hoje, ligada às atividades agropecuárias. No entanto, deve-se destacar a predominância da agricultura familiar, voltada à subsistência ou à produção simples de mercadorias, o que contribui para expor um quadro de condições pouco dinâmicas associadas ao mercado de trabalho agrícola. Como resultado da expansão do agro-negócio, que tem difundido um novo modelo de produção agropecuária, fazendo do Baixo Jaguaribe um ponto de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vem sendo transformado. Dessa forma, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas modernos, na década de 1990.

Dentre as fontes de informação sobre o mercado de trabalho segundo municípios, deve-se destacar o acompanhamento do emprego formal, com carteira assinada, realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Com base nessa fonte, é calculado o estoque de mão-de-obra empregada, divulgado pelo ministério através do Relatório Anual de Indicadores Sociais (RAIS), que permite visualizar a situação de cada município quanto ao emprego de mão-de-obra através do estoque anual de trabalhadores.

A análise das fontes supracitadas mostra que, tomando o Estado como um todo, o estoque total de empregos formais praticamente dobrou (93%) entre os anos de 1985 e 2002, passando de um estoque de 8.379 para 16.148 empregos no período. Deste total, a região do Baixo Jaguaribe concentrava o inexpressivo percentual de 0,62% no primeiro ano, passando para 18,08%

no segundo ano considerado para análise, passando de 52 para 2.921 o número total de empregos formais na agropecuária. Essa concentração reforça a idéia da importância do crescimento da agropecuária da região objeto de estudo. A base de dados CAGED aponta para uma tendência de crescimento do emprego formal na região em relação ao Estado como um todo, uma vez que o número de admissões de trabalhadores com carteira assinada no setor da agropecuária na região do Baixo Jaguaribe chegou a 34% do número total de admissões no setor da agropecuária.

A análise do estoque de empregos formais no setor agropecuário distribuído no Baixo Jaguaribe, segundo seus municípios, mostra que somente dois de seus dez municípios possuíam emprego formal no setor da agropecuária (Morada Nova e Tabuleiro do Norte), em 1985, número que passa para nove municípios em 2002. Destaca-se, porém, que somente três municípios (Quixeré, Jaguaruana e Limoeiro do Norte) concentravam a quase totalidade deste contingente (98%), no último ano. O município de Quixeré deve ser destacado, pois, sozinho, reunia 81,5% do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Baixo Jaguaribe, em 2002, sendo que, em 1985, aparecia entre os municípios que não possuíam empregos formais no setor.

Deve-se destacar que é nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré aonde se vêm instalando, ao longo da década de 1990, algumas médias e grandes empresas agrícolas associadas ao agronegócio da fruticultura,

promovendo grande impulso à atividade agrícola. Outro aspecto a citar diz respeito ao fato de Quixeré apresentar baixos índices de desenvolvimento nos demais setores da economia, mesmo no mercado de trabalho formal nos demais setores econômicos.

Os dados referentes ao ano de 2002 revelam um crescimento, assim como uma nova territorialização do mercado de trabalho agrícola formal, que obedece ao presente momento de organização do espaço agrário regional. Estas características estão em sintonia com a recente dinâmica da agricultura baseada na reestruturação produtiva da atividade agropecuária. Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas refletindo, assim, profundas modificações no âmbito socioeconômico.

A difusão da fruticultura no Baixo Jaguaribe é o ponto-chave para entendermos o novo padrão produtivo que se processa também nesta região e, conseqüentemente, do mercado de trabalho agrícola que agora passa a hierarquizar o quadro de contratações formais no setor da agropecuária. O município de Quixeré, por exemplo, está ligado à lógica globalizada de produção e consumo de frutas tropicais. Dessa forma, como pudemos verificar durante a pesquisa de campo neste município, houve uma queda da área plantada e da produção de alimentos voltados para o consumo local.

Estes produtos foram substituídos por frutas para a exportação como o abacaxi, a banana, a goiaba e, em

TABELA 1 – EMPREGADOS COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO ATIVO EM 31/12 NO SETOR DA AGROPECUÁRIA NO BAIXO JAGUARIBE (CE)

	1985		1995		2002	
	Estabelecimentos com vínculo empregatício ativo	Empregados com vínculo empregatício ativo	Estabelecimentos com vínculo empregatício ativo	Empregados com vínculo empregatício ativo	Estabelecimentos com vínculo empregatício ativo	Empregados com vínculo empregatício ativo
Alto Santo	0	0	1	7	2	15
Ibicuitinga	0	0	1	1	1	1
Jaguaruana	0	0	4	683	9	246
Limoeiro do Norte	0	0	4	154	13	231
Morada Nova	2	25	5	67	1	8
Palhano	0	0	0	0	0	0
Quixeré	0	0	1	1	13	2.380
Russas	1	9	7	33	11	34
São João do Jaguaribe	0	0	4	5	3	4
Tabuleiro do Norte	1	18	2	5	2	2
Total	4	52	29	956	55	2.921

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

especial, o melão, sendo que a mudança no produto cultivado muitas vezes vem acompanhada pela mudança do tipo de produtor, considerando que quem domina a cadeia produtiva de frutas são os empresários com experiência no ramo que incorporam, cada vez mais, um maior número de terras dos produtores locais e passam a investir na região, o que evidencia também a migração dos agentes produtores do espaço para este novo *locus* de valorização do capital.

Observando a tabela abaixo, podemos notar que as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do Baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado de trabalho formal total da região. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

Outra característica a ser destacada é a do tamanho dos estabelecimentos por quantidade de empregados. De maneira geral, em todos os anos analisados e para todo o Estado, há predominância dos estabelecimentos com até quatro empregados, sendo expressivo o número de estabelecimentos que não possuem nenhum emprego formal. No Baixo Jaguaribe, são 55 os estabelecimentos que registravam empregos formais na atividade agro-

pecuária, no ano de 2002, contra os quatro em 1985 e os 26 em 1995. No ano de 1985, dos quatro estabelecimentos com empregados formais, somente um empregava de 20 a 49 empregados (Morada Nova). Todos os demais ficaram abaixo desta faixa.

Realidade bastante distinta registrou-se em 2002, quando sete estabelecimentos possuíam mais de 50 empregados. Deste total de estabelecimentos, três registavam de 100 a 249 empregados (um em Jaguaruana, um em Limoeiro do Norte e um em Quixeré), sendo o grande destaque o município de Quixeré, que possuía uma empresa com mil ou mais empregados, realidade até então nunca registrada, seja na região do Baixo Jaguaribe, seja no Ceará como um todo, já que esta empresa com mais de mil empregados é a única em todo o Estado. Os dados supracitados, por si, corroboram nossa hipótese de que as mudanças ocorridas na atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe vêm promovendo a organização de um mercado de trabalho agrícola na região, cuja realidade, até muito recentemente, se desconhecia.

Em Quixeré e Limoeiro do Norte, é possível encontrar empresários oriundos de outras partes do Brasil, assim como uma grande empresa multinacional classificada entre as três principais do ramo da fruticultura. Foi

TABELA 2 – OCUPAÇÕES COM MAIORES SALDOS (ADMITIDOS – DEMITIDOS), SEGUNDO OS GRANDES SETORES DO IBGE, NO BAIXO JAGUARIBE – JANEIRO A SETEMBRO DE 2004

	Admissões	Desligamentos	Saldo
Trabalhador no cultivo de espécies frutíferas rasteiras	3.222	1.873	1.349
Preparador de calçados	1.169	402	767
Vendedor de comércio varejista	278	205	73
Produtor de espécies frutíferas rasteiras	210	395	-185
Eletricista de instalações	182	254	-72
Trabalhador volante da agricultura	181	302	-121
Auxiliar de escritório, em geral	151	79	72
Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas	131	203	-72
Oleiro (fabricação de telhas)	128	198	-70
Leiturista	90	137	-47
Tratorista agrícola	84	72	12
Trabalhador da manutenção de edificações	76	34	42
Ceramista	65	81	-16
Servente de obras	53	35	18
Alimentador de linha de produção	44	14	30
Trabalhador agropecuário em geral	43	55	-12
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	43	31	12
Auxiliar geral de conservação de vias permanentes (exceto trilhos)	42	14	28
Faxineiro	38	28	10
Vigia	31	36	-5

Fonte: Perfil dos municípios fornecido pela CAGED/MTE.

TABELA 3 – TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO NÚMERO DE EMPREGADOS NO MUNICÍPIO DE QUIXERÉ – 2002

		Estabelecimentos com vínculo empregatício ativo	Empregados com vínculo empregatício ativo
Quixeré	Até 4	2	3
	De 5 a 9	1	6
	De 10 a 19	3	36
	De 20 a 49	2	54
	De 50 a 99	2	155
	De 100 a 249	1	206
	De 250 a 499	1	266
	1.000 ou mais	1	1.654
	Total	13	2.380

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) / Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

justamente esta empresa que registrou um número superior a mil empregados no setor agropecuário no ano de 2002, cerca de 51% dos empregos formais existentes em todos os setores econômicos em Quixeré, 69% dos empregos formais no setor agropecuário e 10% do total de empregos formais no setor da agropecuária em todo o Estado do Ceará.

Instalada na segunda metade da década de 1990, após uma longa pesquisa sobre o melhor local para instalação de uma nova unidade produtiva na América Latina, em poucos anos implantou significativas mudanças no que tange a vários aspectos da produção, difundindo a agricultura científica e o agronegócio de frutas, assim como uma nova dinâmica, seja no tocante ao mercado de trabalho agrícola formal, seja quanto ao mercado de terras, cujo preço vem crescendo geometricamente desde sua chegada.

A produção de frutas é o grande objetivo, algumas ainda em fase experimental, como é o caso do abacaxi, em Limoeiro do Norte, sendo o melão o carro-chefe da empresa no Baixo Jaguaribe. As determinações exógenas predominam na organização da produção desta empresa, notadamente no que tange aos mercados, já que o objetivo maior da produção é a exportação, principalmente para os mercados europeu e norte-americano.

O ciclo produtivo do melão ajuda-nos a melhor compreender algumas das variações no percentual de admitidos no setor agropecuário no Baixo Jaguaribe, uma vez que uma das características do mercado de trabalho agrícola é a sazonalidade, dada pelas diferentes demandas de trabalho durante o processo produtivo, considerando

o ciclo produtivo das culturas. O ápice da geração de empregos no ciclo do melão é o segundo semestre, quando se realiza a colheita do fruto, fase que mais necessita de força de trabalho.

O melão lidera as exportações de frutas no Ceará. Em dados da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Ceará (Seagri), dos US\$ 21.561,63 das exportações de frutas realizadas pelo Estado, US\$ 18.161,25 foram apenas da cultura do melão, ou seja, 84% do total de frutas exportadas no ano de 2003. A evolução da produção do melão é paralela à chegada das empresas agrícolas no Baixo Jaguaribe. De acordo com dados do IBGE, no ano de 1999, o município de Quixeré possuía 80ha de área plantada com melão. Já no ano de 2002, a área plantada chegou a 2.500ha, conforme podemos observar na Tabela 4.

De acordo com informações do CAGED, os dados do total de admitidos no setor da agropecuária no Baixo Jaguaribe, considerando o primeiro e o segundo semestres do ano de 2003, é notório o destaque do segundo semestre no número de admitidos, uma vez que o número foi cerca de 3,5 vezes maior que o do primeiro semestre (respectivamente 2.682 contra 736 admitidos). Destaca-se que, do total de admitidos em toda a região, 89% concentraram-se no município de Quixeré.

Uma vez que a agricultura científica e o agronegócio são intensivos em mão-de-obra especializada, a reestruturação produtiva da agricultura no Baixo Jaguaribe tem acirrado a divisão social do trabalho no setor. Hoje, o mercado regional de trabalho agrícola já se mostra hierarquizado, apresentando numa de suas pontas o traba-

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA E DA QUANTIDADE PRODUZIDA DE MELÃO NO MUNICÍPIO DE QUIXERÉ – BAIXO JAGUARIBE

	1999	2000	2001	2002
Área Plantada (ha)	80	1.100	1.700	2.500
Quantidade Produzida (mil frutos)	1.600	20.000	42.500	62.500

Fonte: Produção Agrícola Municipal fornecida pelo IBGE.

lhador especializado. Estes são profissionais de origem e vivência urbanas, que passam a ser os assalariados permanentes (engenheiro geneticista, veterinário, administrador agrícola etc.) dos setores associados ao agro-negócio, com elevada composição orgânica do capital. A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas. Paralelamente, processou-se uma alteração qualitativa e quantitativa de antigas funções, promovendo importantes transformações no mercado de trabalho agrícola.

Considerando o grau de instrução dos trabalhadores do setor agropecuário no Ceará, evidencia-se que cerca de 10% eram analfabetos, em 2002, e cerca de 38% tinham até a 4ª série incompleta. Somavam, assim, aproximadamente a metade do contingente total de trabalhadores do setor agropecuário no Estado. No outro extremo, somente 4% possuíam nível superior completo. Este percentual, apesar de sua pouca relevância, aponta para uma tendência de mudança do perfil de instrução dos trabalhadores do setor, uma vez que somavam 647 trabalhadores em 2002 contra os 141 registrados em 1985. Fazendo a mesma análise para o Baixo Jaguaribe, temos a situação de semi-analfabetismo ainda mais evidente, uma vez que 75% dos trabalhadores do setor agropecuário desta região possuíam até a 4ª série incompleta, no ano de 2002, e um percentual ainda menor, 1,2% ou 35 trabalhadores, com superior completo. O destaque fica para o fato de o município de Quixeré concentrar 26 dos 35 (74%) trabalhadores do setor agropecuário de toda a região com grau de instrução superior completo. O município de Limoeiro do Norte vinha em segundo lugar com sete trabalhadores.

Para a análise dos impactos do atual processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho agrícola na região do Baixo Jaguaribe, não podemos deixar de considerar:

[...] o fato de que as mudanças operadas no espaço raramente eliminam de uma vez os traços materiais do passado, obrigando a considerar as fases respectivas de instalação de novos instrumentos de trabalho e de

criação de novas relações de trabalho, já que em cada fase, as relações sociais de produção não são da mesma natureza. (SANTOS, 1988, p. 54).

Sendo assim, foi necessário considerar o contexto em que as relações de trabalho foram geradas a partir do conhecimento da sua história, uma vez que o trabalho é historicamente produzido e, portanto, mutante com a história humana. Nosso propósito foi indicar alguns elementos que caracterizam essa construção histórica, procurando focalizar as principais dinâmicas nas relações de trabalho, ao invés de oferecer uma visão limitada, fixa no tempo e no espaço, visto que não se trata de algo linear em que se pode demarcar o seu início e o seu término, pois os processos não são estanques, mas interligados.

A presença do trabalhador assalariado temporário representa não somente a expropriação dos que não detêm a propriedade da terra, como também inclui muitos pequenos proprietários que, impossibilitados de garantir a sobrevivência da família unicamente pelo produto do trabalho no seu lote de terra, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano. Dessa forma, dentre os trabalhadores agrícolas assalariados temporários, deve-se distinguir aquele que só detém a sua própria força de trabalho, o “bóia-fria”, residente na cidade, que se desloca diariamente para o campo, sobretudo nas épocas de safra, daqueles que ainda possuem uma pequena propriedade de terra, na qual residem com a família e, como não conseguem auferir a subsistência, vendem sua força de trabalho durante algumas épocas do ano, especialmente para as empresas agrícolas mais dinâmicas.

Por outro lado, amplia-se o processo de subordinação de alguns pequenos produtores agrícolas que, ao invés de expulsos do campo pelo processo de monopolização do espaço agrário, vinculam-se diretamente às empresas agrícolas. Esta subordinação se dá através de mecanismos financeiros e de controle técnico da produção, assim como pela contratação da compra da produção, desenvolvendo-se empresas semi-integradas, como acontece na produção de banana na Chapada do Apodi, município de Limoeiro do Norte. Nesta,

uma das principais empresas agrícolas da região, criou-se um projeto através do qual se oferece assistência técnica aos seus cerca de 50 parceiros, assim como se incentiva o uso de novas tecnologias e se garante a venda da produção de seus parceiros, fortalecendo sua presença no setor da comercialização e no de fornecimento de insumos industriais para a agricultura pela venda para seus parceiros.

5 – CONCLUSÕES

Conclui-se que tem ocorrido uma importante difusão das relações de trabalho tipicamente capitalistas na região do Baixo Jaguaribe. Destaca-se a proletarianização do trabalhador agrícola, com a criação de um mercado de trabalho agrícola formal, até então, praticamente inexistente no semi-árido, onde se encontra a região que nos serve de objeto de estudo.

No tocante às formas de ocupação das pessoas na região do Baixo Jaguaribe, de acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, constatamos que os responsáveis e membros da família não-remunerados, que aqui são classificados como trabalho familiar, são ainda predominantes na agricultura, embora o mercado de trabalho agrícola formal venha apresentando um crescimento contínuo. Contudo, vem decrescendo nas últimas décadas, cedendo espaço a outras formas de ocupação, com destaque para o emprego temporário, dada a própria especificidade da atividade agrícola, tendo na sazonalidade uma de suas características.

O crescimento do trabalho assalariado temporário expressa a crescente precarização das condições de trabalho daqueles, principalmente os despossuídos dos meios de produção, que se submetem a todo tipo de situação, como as que presenciamos na região, quais sejam: atraso de pagamento, aumento da jornada de trabalho, péssimas condições de trabalho (como falta de instalações sanitárias, água potável, inexistência de material de proteção como botas, luvas etc.).

O trabalhador agrícola assalariado é um proletário agrícola, é aquele trabalhador cujas relações de trabalho constituem prestação de serviços, isto é, cuja força de trabalho é uma mercadoria que ele vende ao empresário agropecuário em diferentes momentos do processo produtivo. Reside, na maioria dos casos, nas periferias de cidades locais, compondo o que Santos (1988) chamou

de o agrícola não-rural. No município de Quixeré já existe um bairro periférico no qual residem quase exclusivamente trabalhadores agrícolas temporários.

A década de 1980 marca a eclosão de inúmeros estudos analisando vários dos aspectos da modernização da agropecuária brasileira. Para Silva (1981), um dos que escreveram sobre o progresso técnico e as relações de trabalho na agropecuária, o trabalhador agrícola temporário é, fundamentalmente, “um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir a subsistência, como é o operário urbano e/ou o trabalhador rural assalariado permanente”. Para Andrade (1979), desde a intensificação do capitalismo no campo, a contínua proletarianização do trabalhador rural é o fato mais marcante do meio rural brasileiro.

Mostra-se, também, um acirramento da divisão territorial e social do trabalho, sendo que o mercado de trabalho agrícola regional já mostra certa hierarquização, apresentando numa de suas pontas o trabalhador especializado, de origem e vivência urbanas, que passa a ser o assalariado permanente nos setores associados ao agro-negócio, com elevada composição orgânica do capital.

Apesar da expansão do mercado de trabalho agropecuário formal na região do Baixo Jaguaribe, materialização da proletarianização do trabalho agropecuário, esta convive com as antigas características que estão ligadas às formas clássicas de relações de trabalho no semi-árido. É importante lembrar as contribuições de Oliveira (1997) e Martins (1990), segundo os quais, o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, já que cria relações dialéticas entre a expansão do trabalho assalariado e a reprodução das relações camponesas. Na região em estudo, temos as duas situações que convivem lado a lado, ou seja, o desenvolvimento do trabalho assalariado e o familiar. Ou seja, as evidências são contundentes quanto à expansão do mercado de trabalho agropecuário formal no Baixo Jaguaribe. Tais relações ocorrem engendradas pela refuncionalização de uma das áreas mais afetadas pela instalação do agronegócio no Estado do Ceará. Na complexidade do desenvolvimento desigual e combinado, encontra o sustentáculo também das relações de produção não-capitalistas no campo.

A abertura da região do Baixo Jaguaribe à competição global, somada à intensificação das práticas neoliberais

rais em um ambiente de reestruturação produtiva, trouxe consigo um conjunto de transformações sobre o trabalho agrícola. Os estudos até aqui realizados, baseados na metodologia indicada (levantamento de dados secundários, trabalhos de campo na área que nos serve de objeto, assim como em outras áreas do Nordeste, e organização de banco de dados) nos permitem vislumbrar algumas das particularidades da dinâmica do trabalho agrícola na região do Baixo Jaguaribe que podem ser sintetizadas a partir da exposição de alguns aspectos, tais como: difusão da racionalização do processo de trabalho; redução do tempo de produção, com a utilização de um conjunto de inovações tecnológicas e práticas modernas de produção; aumento da produtividade do trabalho; aumento do tempo de não-trabalho para os trabalhadores de baixo nível técnico educacional; intensa exploração da força de trabalho; aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho; mudança na estrutura profissional com novas categorias de trabalho; maior diferenciação, complexidade e segmentação da classe trabalhadora; crescente oferta de emprego para profissionais qualificados (trabalhadores assalariados permanentes); aumento da demanda por força-de-trabalho não-qualificada ou semi-qualificada em determinadas fases do processo produtivo; ampliação da divisão social e territorial do trabalho; representatividade dos trabalhadores comprometida (redução dos índices de sindicalização); debilitação político-ideológica da perspectiva de classe social; crescimento do mercado de trabalho formal; intensa mobilização da força de trabalho (desterritorialização e simultânea reterritorialização); crescimento da terceirização nas empresas agrícolas.

Considerando que o processo em curso ocorre de forma parcial, heterogênea, descontínua no tempo e no espaço, sendo alguns municípios da região mais intensamente atingidos, mesmo nestes municípios, esse processo não ocorre de forma homogênea, mas como uma segregação dos espaços da produção.

Embora novas oportunidades de trabalho estejam surgindo através do cultivo de frutas, cujas variedades geneticamente modificadas permitem uma produção quase contínua ao longo do ano agrícola, não são suficientes para empregar o contingente de mão-de-obra desempregada com as mudanças no processo produtivo, e a tendência é essa situação agravar-se cada vez mais com o crescimento da população em idade ativa. Perante tal situação, vislumbramos um cenário pouco promissor para o trabalhador dotado de experiência e conhecimento cons-

truídos empiricamente ao longo da vida, mas que não domina o conhecimento técnico-científico.

A exclusão deste trabalhador de alguns ambientes de trabalho já se mostra, tendo em vista que o mercado de trabalho apresenta-se cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos vem-se intensificando rapidamente, provocando o desemprego tecnológico, que é estrutural e não depende de uma situação conjuntural, desfavorável momentaneamente.

Urge, então, repensar o significado da qualificação e o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais não somente pela perda da representatividade daqueles trabalhadores que passam a constituir a classe de não-trabalhadores, mas também pela inadaptabilidade à representação de novos tipos de trabalhadores, à atuação de novos locais de trabalho (empresas agrícolas e agroindustriais) e ao funcionamento das novas formas de organização, formando uma cadeia produtiva cujos nexos se processam na região, mas só se completam em outras partes do mundo, denotando uma rede de produção agrícola globalizada.

A reestruturação produtiva da agricultura tem promovido fluxos migratórios na região. A migração do campo para as cidades da própria região vem contribuindo para o crescimento desordenado das cidades, fazendo crescer as periferias urbanas e toda sorte de carências de infra-estrutura urbana. O crescimento do número de pessoas sem emprego ou subempregadas é, em parte, responsável pela queda dos salários urbanos, uma vez que o aumento da oferta de mão-de-obra ocasiona uma pressão no sentido de baixar os níveis de remuneração dos trabalhadores. Daí a compreensão de que as políticas visando ao equacionamento dos problemas urbanos não se podem dar sem a devida associação às políticas voltadas para o campo. Por outro lado, passa a ocorrer a migração descendente (SANTOS, 2005), ou seja, da cidade maior, normalmente de outras partes do país, para as cidades da região, atraída para os pontos luminosos (SANTOS, 2005), agraciados pelos vultosos investimentos públicos em infra-estrutura inerente aos recursos hídricos *tropical fruits* e à eletrificação, entre outros.

Com a difusão dos sistemas técnicos e das políticas públicas voltadas a organizar as condições econômicas e de infra-estrutura para o agronegócio da fruticultura, as terras passam por um forte processo de aumento de preços,

acirrando o mercado de terras, tornando-as cada vez mais caras e inacessíveis aos trabalhadores, que passam a ter a sobrevivência mediada por relações monetarizadas, uma vez que não têm mais condições de produzir a própria alimentação e, muito menos, de gerar renda complementar.

Partindo da premissa de que parte considerável do progresso técnico e das mudanças nas relações de produção ocorrem nos espaços onde se concentram os perímetros irrigados e as empresas agrícolas, estes têm sido o *locus* da expansão das relações de trabalho capitalistas. O trabalhador agrícola assalariado, mesmo que temporário, ao mesmo tempo em que representa as novas relações de trabalho no espaço agrário cearense, reproduz a pobreza e a exclusão das velhas relações. Assim, nos espaços agrários aonde a reestruturação ainda não chegou, nos espaços não selecionados para receber os investimentos produtivos modernos, permanece o predomínio das relações de trabalho não-capitalistas, para as quais o trabalho com a terra tem como objetivo principal a subsistência da família. Estes dados revelam algumas das contradições trazidas pela própria difusão do capitalismo no espaço agrário do semi-árido cearense, cujos reflexos no espaço agrário têm sido a fragmentação e, nas relações de trabalho, o surgimento de um mercado de trabalho agrícola formal e novas formas de subordinação dos agricultores familiares aos processos modernos de produção agrícola.

Por entender constituir a região e o lugar frações do espaço total do planeta onde o mundo é empiricamente percebido, o estudo apresentado corrobora a compreensão de uma das diferentes formas de empiricização da produção agropecuária globalizada. A análise em processo corrobora o avançar na percepção das relações de trabalho engendradas pela dispersão espacial da produção agropecuária no Brasil e para a elaboração da síntese dos processos que lhe são pilares. A nosso ver, é possível, também, avançar nos esquemas de análise das novas lógicas na relação centro-periferia, assim como dos principais processos presentes na base de todas as mazelas hoje reinantes, o que permite prosseguir, também, na busca de soluções, por uma outra globalização.

Abstract

This article aims to present some statements related to the agricultural work which result from the re-structural

productive process of the agriculture in Baixo Jaguaribe, State of Ceará, where the agribusiness of tropical fruits has been expanded. Its methodology is organized into four axes: 1) systematization of secondary data about the study area; 2) organization of field work at the study area; 3) organization of technical visits at other northeastern areas where similar and associated processes have been happened 4) elaboration of historical series of data obtained from the Labor Department (Ministério do Trabalho) (RAIS / CAGED). It has been observed an important dissemination of typically capitalistic working relationships in areas which recently have been dominated by subsistence agriculture, natural extraction and extensive cattle-raising. We also point up the appearance of a formal labor-market resulting as well as the proletarian agricultural-workers, and it also shows up that the social divisions of work become tough.

Key words:

Agribusiness. Baixo Jaguaribe. Agricultural Work. Tropical Fruits.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Bomtempo, 2003.

ARAÚJO, T. B. de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, n. 29, p. 7-36, 1997.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de. **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003a.

_____. Expansão do meio técnico-científico-informacional. In: CARLOS, A. F. A (Org.). **Ensaio de**

geografia contemporânea: Milton Santos, obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Globalização e agricultura.** São Paulo: EDUSP, 2003b.

_____. A integração competitiva do semi-árido cearense. In: ELIAS, D.; FURTADO, J. L. S. (Org.). **Modernização excludente.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002a. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

ELIAS, D. (Org.). **O novo espaço da produção globalizada:** o Baixo Jaguaribe (CE). Fortaleza: Funece, 2002b.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão:** a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

IANNI, O. **Teorias da globalização.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LOPES NETO, A. **O que é o cluster?:** revisão bibliográfica, workshop em Chihuahua (México) e iniciativa pelo Nordeste. Fortaleza: Iplance, 1998.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENEZES, D. de. **O outro Nordeste:** ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 3. ed. Fortaleza: UFC, 1995.

MUNIZ, A. M. V. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe:** mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. 318 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. (Org.). **Geografia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, M. L. V. M. de. **Os circuitos espaciais de produção da J. Macêdo Alimentos.** 2002. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

SANTOS, M. Os circuitos espaciais da produção. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de (Org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A urbanização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, T. dos. **Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SILVA, J. G. da. **A modernização conservadora:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Recebido para publicação em 14.08.2005.